



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras¹

Marcelo Vilela de Almeida²
Centro Universitário Senac

Resumo

Proposta de matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras, elaborada a partir de: pesquisa bibliográfica exploratória sobre o tema; definição dos municípios-objetos de estudo (Guaratinguetá e Cunha/SP); pesquisa bibliográfica e de campo sobre os municípios-objetos de estudo; formulação, desenvolvimento e aplicação da matriz nos municípios escolhidos; análise dos dados e cruzamento das informações obtidas com o referencial teórico. chega-se, por fim, a uma comparação entre o potencial turístico de Guaratinguetá e Cunha à luz da definição ora estabelecida e recomenda-se a aplicação do instrumento a outras localidades.

Palavras-chave: turismo; potencial turístico; matriz de avaliação; Guaratinguetá; Cunha.

Introdução

A expressão "potencial turístico", assim como outras tidas como equivalentes ("aptidão" ou "vocação" turística), sofreu uma vulgariza o que vem permeando não apenas o discurso político (qual   o prefeito ou secretário municipal de turismo que não acha que seu município tem "potencial turístico"?) e publicitário, mas também consolidando-se no meio acad mico, o que se observa não apenas na prática de estudantes de gradua o e p s-gradua o em seus diferentes níveis, mas também – e o que   ainda mais grave – de docentes que propagam este conceito, aparentemente desprovido de qualquer sentido concreto.

Mas o que se deve entender, exatamente, por "potencial turístico", "voca o turística" ou "potencialidade turística"? Acredita-se, pois, que a vulgariza o de tais expressões se origina da ausência de uma defini o mais precisa destes termos e da remota possibilidade de se avaliar de forma concreta este "potencial" nas localidades que se supõem turísticas com os métodos e instrumentos até agora criados para tal finalidade, como   o caso da metodologia

¹ Trabalho apresentado ao GT – Interfaces com a Gestão de Negócios do IV Seminário da Associa o Brasileira de Pesquisa e Pós-Gradua o em Turismo.

² Bacharel em Turismo pela Faculdade Anhemb  Morumb , Especialista em Planejamento e Marketing Turístico pelo SENAC/CEATEL, Mestre e Doutor em Ciências da Comunica o (Rela es Públicas, Propaganda e Turismo) pela Escola de Comunica es e Artes da Universidade de São Paulo, Consultor de Turismo, Coordenador do Curso de Pós-gradua o em Gestão Avançada em Turismo Sustentável do Centro Universitário SENAC, docente em cursos de Turismo, Hotelaria e Lazer. Contato: m_v_almeida@uol.com.br

proposta pela Empresa Brasileira de Turismo³ – EMBRATUR para hierarquização dos atrativos turísticos.

Além dos riscos decorrentes da ausência ou inadequada percepção deste potencial, pode-se supor que muitas vezes os responsáveis pelo turismo no âmbito governamental acreditam, ingenuamente, na fala demagógica daqueles que têm interesses econômico-financeiros nestes municípios (consultores⁴, por exemplo) ou realmente crêem, com base na oferta turística dessas localidades, que o turismo pode desenvolver-se, o que acaba levando estes municípios, muitas vezes, ao desperdício de recursos com a elaboração de planos, programas e projetos destinados ao fracasso – pois que desvinculados de uma real avaliação de sua necessidade – e a uma inútil mobilização de esforços das comunidades que, ao final do processo, sentem-se enganadas e/ou desiludidas com as expectativas criadas em torno do tão esperado desenvolvimento turístico.

Feitas tais considerações, coloca-se, então, o problema central da pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação (Doutorado) em Ciências da Comunicação (Área de Concentração: Relações Públicas, Propaganda e Turismo – Linha de Pesquisa: Turismo & Lazer) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo que deu origem a este texto: será que é possível avaliar o potencial para o desenvolvimento do turismo de lazer de um determinado destino para fins de seu planejamento turístico? (ALMEIDA, 2006).

Cabe aqui uma explicação quanto ao uso da expressão "turismo de lazer" no problema da pesquisa: parece bastante claro que a existência de determinados fatores fundamentais para o desenvolvimento do ecoturismo, por exemplo (uma das várias manifestações do turismo de lazer) são muito diferentes daquelas necessárias ao turismo de negócios e/ou de eventos – razão pela qual torna-se necessário restringir o problema de pesquisa a uma dimensão viável⁵. Esta pesquisa teve por objetivo geral identificar as possibilidades de uma factível e confiável avaliação do potencial turístico de localidades receptoras. Como objetivos específicos, pretendeu-se analisar a abordagem do objeto de estudo nas bibliografias nacional e internacional específicas; e propor a formulação e a utilização de um instrumento de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras, a fim de minimizar o caráter subjetivo predominante neste tipo de análise.

³ Antiga denominação do Instituto Brasileiro de Turismo.

⁴ IGNARRA (1999, p.2) fala em "[...] magos 'fazedores de planos' [...]".

⁵ Pearce (1991, p. 113), por exemplo, aborda e exemplifica as particularidades do planejamento local de centros costeiros, de áreas urbanas e de cidades históricas; e Casal (2002, p. 243-314) trata do planejamento do turismo alternativo.

Revisão Teórico-Metodológica

Antes de mais nada, convém salientar a quase total inexistência de pesquisas sobre o assunto ora estudado. Embora vários autores reafirmem a necessidade dos estudos de potencialidade turística, poucos foram aqueles que avançaram em direção à construção de referenciais para tal análise.

Smith (1992, p. 19), ao iniciar a discussão sobre os problemas que cercam a investigação descritiva de lugares, afirma que o problema de nomear, descrever e classificar os recursos recreativos⁶ e sua exploração é um problema complexo e de múltiplas facetas e que, embora todos os pesquisadores concordem com tal afirmação, todos eles estão de acordo também com tal necessidade, porém não coincidem quanto à utilização de um sistema único de classificação.

Diante disto, o autor afirma que os métodos de análise da localização dos recursos recreativos e as atividades que neles se realizam são tão numerosos quanto os fins para os quais são aplicados e propõe o agrupamento destes métodos em três categorias principais: descrição da localização de instalações e atividades, inventário dos recursos e descrição das imagens das regiões e seus recursos.

Leno Cerro (1993, p. 51-136) também comenta as possibilidades de aplicação do inventário turístico e da análise da paisagem; todavia, o autor dá grande destaque em boa parte de sua obra a técnicas de avaliação dos recursos turísticos, que se subdividem em:

- avaliação analítica do potencial turístico;
- avaliação econômica dos recursos;
- preferências dos usuários como medida de avaliação turística.

Além de Leno Cerro (1993), que dedicou uma obra inteira sobre o tema – a única identificada na literatura internacional com tal característica –, apresentam-se a seguir alguns referenciais teórico-metodológicos que abordam de forma explícita o tema aqui tratado, e que subsidiaram o enriquecimento da discussão e da proposta metodológica (objeto) da tese que originou este trabalho:

- o Grau de Atração Turística de Pinzan (2003);

⁶ Devido ao fato de terem sido utilizadas diversas fontes para a redação deste texto, serão utilizadas diversas palavras ou expressões que, para fins desta pesquisa, devem ter o mesmo significado: recursos turísticos, recursos recreativos e atrativos turísticos. Embora a literatura especializada registre as diferenças que, em alguns casos, devem ser observadas para fins do planejamento turístico, acredita-se que aqui tais diferenças possam ser

- a Matriz de Avaliação do Projeto Pólos de Desenvolvimento de Ecoturismo no Brasil (MAGALHÃES, 2001);
- a Classificação e a Avaliação dos Municípios Turísticos de Boullón (1995);
- o Índice de Atratividade Turística de Gearing, Swart e Var ou *Tourist Attraction Index* (TAI) (Fagliari e Almeida, 2004);
- a Análise dos Fatores de Produtividade para a Localização de Projetos Turísticos de Cárdenas Tabares (1994);
- a Matriz de Avaliação de Atrações Turísticas de Inskip (1991);
- a Abordagem da Avaliação Regional do Potencial de Desenvolvimento Turístico de Gunn (1980 e 1988);
- o Índice de Potencial Turístico de Ferrario (1979 apud PEARCE, 1991);
- a Avaliação do Potencial das Áreas de Desenvolvimento Turístico do Plano Nacional de Desenvolvimento Turístico da Tailândia (PEARCE, 1991);
- a Ferramenta para Determinação do Potencial Turístico de Casal (2002);
- a Adaptação da Metodologia de Hierarquização de Recursos Turísticos da OEA para Aplicação na Comunidade Autônoma de La Rioja por Alvarez Cuervo e Leno Cerro (LENO CERRO, 1993);
- a Avaliação dos Recursos Turísticos da OMT (LENO CERRO, 1993);
- a Medida da Atração Turística de Var, Beck e Loftus (LENO CERRO, 1993).

Embora seja possível encontrar alguns autores que se dedicaram a propor métodos e técnicas de inventário, análise e avaliação de elementos que podem vir a compor o chamado "potencial turístico", como os atrativos ou os equipamentos e serviços turísticos, optou-se, na pesquisa original, por desconsiderar aqueles que se referiam exclusivamente a uma ou outra categoria da oferta turística isoladamente, exceto quando tal análise apresentasse alguma possibilidade de contribuição à visão de conjunto que orientou a elaboração da tese, seja no raciocínio teórico, seja na proposta instrumental-metodológica. Da mesma forma, também deixaram de ser citados aqueles autores que abordaram o assunto de forma apenas teórica – evidentemente, não se trata de desprezo a tais abordagens, mas sim de um meio de possibilitar um avanço na análise do ferramental mais diretamente vinculado a este trabalho.

Contextualização dos Municípios-Objetos de Estudo (Guaratinguetá e Cunha/SP)

Após análise dos pressupostos teóricos, partiu-se para a caracterização dos municípios de Guaratinguetá e Cunha, ambos localizados no Vale do Paraíba (Estado de São Paulo) e incluídos no projeto governamental Roteiro Integrado Estrada Real, desenvolvido pela Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização – Região Sudeste, proposta que, por sua vez, está inserida no Programa de Regionalização do Turismo.

Tal projeto, que durou de setembro de 2005 a maio de 2006, contou com a participação de representantes do Ministério do Turismo e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Nacional, bem como das entidades estaduais envolvidas (órgãos oficiais de turismo, SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, além do Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Unidade de Lorena, por seu envolvimento com o fortalecimento do Roteiro Integrado Estrada Real no Vale do Paraíba), dentre outros.⁷

De acordo com a metodologia proposta pelo consultor responsável pelo projeto, em função do recorte escolhido para esta primeira experiência de roteirização, compreendendo um grande número de municípios de três Estados (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), definiu-se que, inicialmente, seriam levantadas as informações apenas dos municípios localizados sobre o eixo principal da Estrada Real, desconsiderando-se os demais e que, mais especificamente, a atenção deveria focar-se nas localidades que apresentassem possibilidades de realização de atividades turísticas de visitação e/ou estruturas receptivas propícias à comercialização turística por meio de roteiros. Definiu-se, ainda, que o Roteiro Integrado Estrada Real no Estado de São Paulo abrangeria os municípios de Cruzeiro, Lorena, Guaratinguetá e Cunha, considerados pólos de turismo receptivo (os municípios de Silveiras, Areias e Cachoeira Paulista deveriam ser vistos como locais para a prática de atividades).

Em função da participação do autor na Rede de Cooperação Técnica da Região Sudeste⁸ e, portanto, do acesso às informações acerca dos municípios definidos pelo consultor do Roteiro Integrado Estrada Real para o foco do trabalho de roteirização no Caminho Velho (de Paraty a Ouro Preto), optou-se por conciliar a disponibilidade de dados à necessidade de se definir municípios nos quais o instrumento proposto a seguir seria testado – soma-se a isto o fato de o Vale do Paraíba ser, efetivamente, uma região de intensa e reconhecida procura turística

⁷ Embora o Roteiro Integrado Estrada Real não contemple o Estado do Espírito Santo, técnicos do órgão oficial de turismo, do SEBRAE/ES e do SENAC/ES estiveram presentes nos encontros da Rede.

⁸ Como representante do SENAC/SP.

(maior em alguns municípios, menor em outros, evidentemente, de acordo com suas características).

Assim, inicialmente, pensou-se em trabalhar com os quatro municípios do trecho paulista do eixo principal da Estrada Real pesquisados para a formação de um banco de dados para a roteirização; todavia, dadas as condições de ordem pessoal e profissional do autor para a realização do trabalho e a importância e efetividade da atividade turística nos municípios supramencionados, optou-se por delimitar a aplicação do instrumento ora proposto nos municípios de Guaratinguetá e Cunha.

Guaratinguetá, distante 168 km da capital do Estado (GUIA QUATRO RODAS, 2000, p. 173), localiza-se sobre os terraços rochosos dos sítios próximos do rio Paraíba, no Médio Paraíba Superior, conforme classificação das unidades fisiográficas proposta por Müller (1969, p. 232-251). Pelo que aponta a bibliografia especializada, suas origens estão ligadas à força de Taubaté como centro irradiador de povoamento, como já mencionado anteriormente. Já o Município de Cunha, localizado a 218 km do município de São Paulo (GUIA QUATRO RODAS, 2000, p. 127), encontra-se em um esporão dos terrenos elevados do Alto Paraíba. A origem de Cunha está ligada ao surgimento das vias transversais de circulação que iriam proporcionar o início da urbanização fora do caminho geral do vale médio do Paraíba, possibilitando a ligação do interior com o litoral.

Considerações Metodológicas sobre os Estudos de Potencialidade Turística de Guaratinguetá e Cunha/SP – Proposta de Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Receptoras e sua Aplicação nos Municípios-Objetos de Estudo

Diante da análise de todo o referencial bibliográfico encontrado, é possível constatar que a maior parte dos métodos mencionados enfoca a análise de atrativos (ou recursos) turísticos como a base do processo de avaliação dos destinos – quando não, como a única avaliação a ser feita que, por vezes, incorpora a avaliação daqueles equipamentos e serviços unicamente vinculados a tais atrativos e recursos.

Todavia, embora obviamente reconheça-se a importância dos atrativos no processo de captação da demanda real e/ou potencial, defende-se aqui a necessidade de relativizar tal importância ao se atribuir importância também a outros fatores pouco ou nada considerados nos métodos anteriormente estudados; ao mesmo tempo, deve-se ter em vista a necessidade da elaboração de um instrumento de avaliação que possibilite a sua aplicação sem maiores

dificuldades (a fim de promover sua efetiva utilização)⁹ – fatores que direcionaram a criação da matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras apresentada a seguir.

Em termos de estrutura, esta matriz é composta por quatro níveis hierárquicos inter-relacionados, correspondentes aos seguintes aspectos:

- dimensão: diz respeito aos grandes temas sob os quais estão agrupados os aspectos que devem ser observados nas localidades turísticas, compreendendo:
 - atrativos turísticos: "[...] todo o lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los" (EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO, 1984, p.8);
 - equipamentos e serviços turísticos: "[...] conjunto de edificações, de instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística. Compreendem os meios de hospedagem, serviços de alimentação, de entretenimento, de agenciamento, de informação e outros serviços" (EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO, 1984, p.8);
 - infra-estrutura de apoio turístico: "[...] conjunto de obras e instalações de estrutura física de base, que criam condições para o desenvolvimento de uma unidade turística, tais como: sistema de transportes, de comunicações, serviços urbanos (água, luz, esgoto, limpeza pública) etc." (EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO, 1984, p.8);
 - normativo-institucional: conjunto de estruturas e organizações oficiais e não governamentais responsáveis pelo planejamento e pela gestão pública e compartilhada do turismo na localidade e dos instrumentos facilitadores destes processos, incluindo a gestão mercadológica da localidade como produto turístico;
 - planejamento turístico participativo: corresponde à análise dos níveis de envolvimento e aceitação da comunidade local nos processos de planejamento e/ou desenvolvimento turístico da localidade;
 - outros fatores pertinentes aos processos de planejamento e/ou desenvolvimento turístico da localidade, como a proximidade dos núcleos emissores de demanda, a disponibilidade de áreas para possível expansão futura dos atrativos e/ou

⁹ A facilidade que se pretende conferir à matriz ora proposta, ao contrário da Matriz de Avaliação do Projeto Pólos de Desenvolvimento de Ecoturismo no Brasil, não pressupõe a sua aplicação por leigos no assunto, mas, ao contrário, depende da participação de especialistas para a criteriosa inserção dos dados e adequada análise e avaliação dos resultados.

equipamentos turísticos e a disponibilidade de mão-de-obra para atendimento ao turista;

- categorias de análise: detalhamento dos aspectos que devem ser observados, organizados, cada um, também em níveis, de acordo com as características mais pertinentes ao processo;
- indicadores: são os desdobramentos das categorias de análise;
- critérios de análise: são os parâmetros para avaliação, que possibilitam a respectiva atribuição de pontos.

A cada um dos critérios foram atribuídos pontos em uma escala decrescente de 5 a 1, com exceção do indicador "existência e gestão de fundo municipal de turismo" (categoria de análise "estrutura da dimensão normativo-institucional") e de todos os indicadores da categoria de análise "instrumentos de planejamento e gestão pública e compartilhada do turismo"¹⁰, de forma que parte-se do aspecto que, se contemplado no atrativo, equipamento, serviço ou na destino como um todo, indica maior resultado que os indicados na seqüência de cada critério de análise.

Para a definição das dimensões "atrativos turísticos", "equipamentos e serviços turísticos" e "infra-estrutura de apoio turístico", e suas respectivas categorias de análise, utilizou-se como base, com as devidas adaptações, a metodologia de inventário da oferta turística da então Empresa Brasileira de Turismo (1984), por tratar-se de instrumento oficial¹¹, desenvolvido a partir dos trabalhos do Centro Interamericano de Capacitação Turística da Organização dos Estados Americanos – CICATUR/OEA, já mencionados anteriormente. As demais dimensões foram incorporadas pelo autor.

Os critérios para avaliação da dimensão "atrativos turísticos" (hierarquização) seguem a proposta de Leno Cerro (1993, p.48), que acrescenta um nível à hierarquização estabelecida pelo CICATUR/OEA.

Os critérios para avaliação da dimensões "existência de áreas para expansão dos atrativos e/ou equipamentos turísticos" e "existência de mão-de-obra em quantidade e qualidade para

¹⁰ Acredita-se que tais indicadores possam ser avaliados com base em uma atribuição diferenciada de pontos, dada a menor possibilidade de variação dos critérios de avaliação destes indicadores em particular.

¹¹ Esta metodologia está sendo revista pelo atual Ministério do Turismo, para posterior disseminação e aplicação no território brasileiro; todavia, optou-se por utilizar a metodologia publicada em 1984, dada sua popularidade e possibilidade de adaptação para a nova metodologia, quando disponível oficialmente, uma vez que esta traduz-se muito mais em um aprimoramento da anterior do que na construção de uma metodologia inteiramente nova, segundo informações disponíveis sobre o assunto. Além disso, é possível que algumas outras localidades turísticas já possuam informações sobre suas ofertas turísticas organizadas segundo esta metodologia, o que possibilitaria o aproveitamento das informações já existentes.

atendimento ao turista" (categorias "disponibilidade de áreas para expansão" e "disponibilidade de mão-de-obra", respectivamente foram elaborados com base em Cárdenas Tabares (1994, p.34-35).

Os critérios para avaliação das demais dimensões foram elaborados pelo autor.

Aplicação da Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Receptoras aos Municípios de Guaratinguetá e Cunha e Discussão dos Resultados

A fim de possibilitar o preenchimento da matriz desenvolvida com os dados dos municípios escolhidos, utilizou-se fundamentalmente, como fonte de informações, o banco de dados mencionado anteriormente. A este respeito, convém explicitar que, embora este banco de dados não tenha sido elaborado para fins de planejamento turístico de destinos turísticos, mas sim para a roteirização, com foco não em atrativos, mas sim na possibilidade da realização de atividades por parte dos turistas – o que pode ser particularmente interessante para este trabalho ao diferir ligeiramente da maior parte dos métodos encontrados na literatura e ao contribuir para expressar melhor a potencialidade –, existe certa coincidência com a metodologia de inventário do CICATUR/OEA, o que explica a adoção de tal fonte de informações.

Além disso, os dados inexistentes no banco de dados resultante da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização considerados indispensáveis para este estudo foram buscados em outras fontes, a fim de propiciar uma adequada avaliação dos referidos municípios.

Assim, observam-se em seguida os elementos avaliados nos municípios de Guaratinguetá e Cunha¹², de acordo com a matriz proposta, e suas respectivas pontuações, atribuídas com base no conhecimento obtido pelo autor através das visitas *in loco* e da pesquisa de dados secundários realizada em guias turísticos, publicações específicas dos municípios, material promocional e *sites* da *internet*.

Uma explicação adicional sobre a atribuição da pontuação aos atrativos turísticos faz-se necessária: conforme já mencionado anteriormente, tais critérios seguiram a proposta de Leno Cerro (1993, p.48), que acrescenta um nível à hierarquização estabelecida pelo CICATUR/OEA; todavia, não foram feitos os cálculos que conduzem a tal resultado – acredita-se que a experiência prática do autor seja suficiente, aqui, para atribuir tais

¹² Diante da necessidade de adequação da pesquisa à presente publicação, optou-se por não incluir o detalhamento da matriz nem a aplicação detalhada da mesma a cada um dos municípios, dada a grande extensão do número de páginas exigida para tal inserção.

pontuações para efeito de teste do instrumento como um todo (do qual a hierarquização dos atrativos é apenas uma parte, tendo, pois, sua importância relativizada).

Por fim, com base nos resultados obtidos através de análise dos vários aspectos listados anteriormente em cada um dos municípios, foram efetuadas as somatórias dos resultados por indicadores, categorias e dimensões, que possibilitarão a discussão dos resultados a seguir. Obteve-se, em seguida, por meio da somatória dos resultados por indicadores, categorias de análises e dimensões, o total de pontos alcançado por cada município.

A partir destes totais foram extraídas as médias aritméticas simples destes indicadores, categorias de análises e dimensões, dividindo-se os resultados obtidos das somatórias pelo número de aspectos analisados; e, quando os mesmos aspectos foram analisados duas vezes sob ângulos diferentes, adotou-se o procedimento de repetir a extração das médias, considerando-se a segunda avaliação e, posteriormente, extraiu-se uma média da categoria como um todo. Para facilitar os cálculos, foi adotado o mesmo critério de arredondamento estabelecido pela metodologia de inventário da oferta turística da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo, 1984, p.113).¹³

O resultado obtido pode ser visualizado no quadro seguinte:

Dimensões	Categorias de Análise	Indicadores	Resultados (Por Município)				
			Guaratinguetá		Cunha		
			Total de Pontos	Médias	Total de Pontos	Médias	
ATRATIVOS TURÍSTICOS	Naturais	Hierarquia dos atrativos	16	2	18	2	
	Histórico-culturais		36	1	8	2	
	Manifestações e usos tradicionais e populares		2	2	9	2	
	Realizações técnicas e científicas contemporâneas		3	3	2	1	
	Acontecimentos programados		46	2	31	2	
SUBTOTAL – DIMENSÃO ATRATIVOS TURÍSTICOS			103	2	68	2	
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS	Meios de hospedagem – estabelecimentos hoteleiros	Estrutura dos equipamentos	20	5	4	2	
		Qualidade dos equipamentos e serviços	14	3	6	3	
	SUBTOTAL – CATEGORIA HOTELEIROS			34	4	10	2
	Meios de hospedagem – estabelecimentos extra-hoteleiros	Estrutura dos equipamentos	18	4	23	1	
		Qualidade dos equipamentos e serviços	18	4	36	2	

¹³ Nos casos em que o resultado da divisão chegar a, no máximo, 1,50 (considerando a segunda casa decimal), por exemplo, o resultado será arredondado para 1; e nos casos em que o resultado da divisão for igual ou superior 1,51 (considerando a segunda casa decimal), por exemplo, o resultado será arredondado para 2.

SUBTOTAL – CATEGORIA EXTRA-HOTELEIROS		36	4	59	2
Alimentação	Estrutura dos equipamentos	97	4	32	4
	Qualidade dos equipamentos, serviços e produtos	77	3	28	3
SUBTOTAL – CATEGORIA ALIMENTAÇÃO		174	4	60	3
SUBTOTAL – ENTRETENIMENTOS	Estrutura/qualidade dos equipamentos e serviços	4	2	8	3
SUBTOTAL – OUTROS SERVIÇOS TURÍSTICOS	Estrutura/qualidade dos equipamentos e serviços	3	3	4	2
SUBTOTAL – DIMENSÃO EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS		251	4	141	2
SUBTOTAL – DIMENSÃO INFRA-ESTRUTURA DE APOIO TURÍSTICO		34	5	21	3
NORMATIVO-INSTITUCIONAL	Estrutura	12	2	15	3
	Instrumentos de planejamento e gestão pública e compartilhada do turismo	8	2	8	2
	Comunicação e distribuição	13	4	10	5
SUBTOTAL – DIMENSÃO NORMATIVO-INSTITUCIONAL		21	2	18	3
SUBTOTAL – DIMENSÃO PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARTICIPATIVO		4	4	3	3
SUBTOTAL – DIMENSÃO OUTROS FATORES		12	4	10	3
TOTAL GERAL			3,5		2,6

Quadro 1 – Análise comparativa do potencial turístico de Guaratinguetá e Cunha

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro anterior permite que se façam as seguintes observações gerais (embora seja possível comparar os resultados por cada indicador, categoria de análise e dimensão, a análise concentra-se nos agrupamentos expressos nos subtotais):

- analisando-se os resultados dos subtotais de cada dimensão, observa-se que, embora a pontuação obtida pelos atrativos de Guaratinguetá sejam consideravelmente superiores aos de Cunha, ambos os municípios obtiveram iguais médias, o que se explica pelos baixos níveis de atratividade destes atrativos do ponto de vista das suas hierarquias;
- Guaratinguetá apresenta elevada vantagem em termos de oferta de equipamentos hoteleiros, ocorrendo o mesmo com Cunha quando se consideram os equipamentos extra-hoteleiros, o que pode ser explicado pela característica territorial do turismo nos municípios (urbana em Guaratinguetá e rural/rural em Cunha); a mesma vantagem de Guaratinguetá, pelo mesmo motivo exposto aqui, apresenta-se na categoria "alimentação";
- aliás, Guaratinguetá obteve elevada pontuação na dimensão "equipamentos e serviços turísticos", refletindo-se na média desta dimensão; também na dimensão "infra-estrutura de apoio turístico" a média de Cunha é inferior;

- em relação à dimensão normativo-institucional, embora a diferença (tanto da pontuação como das médias) seja pequena entre os municípios, Cunha apresenta uma vantagem sobre Guaratinguetá por conta do envolvimento de organizações não governamentais ligadas ao fomento do turismo;
- a média do total geral foi deixada propositalmente sem arredondamento, considerando-se uma casa decimal, a fim de expressar mais claramente a diferença dos resultados obtidos pelos municípios.

Considerações Finais

No sentido de auxiliar o processo de análise das condições que podem reverter-se em condicionantes geradores potenciais de competitividade no turismo (PIRES, 2005, p.182), o instrumento ora elaborado propõe a consideração de uma ampla gama de dimensões, categorias de análise, indicadores e critérios que, acredita-se, dêem conta dos principais aspectos a serem analisados a fim de se atingir os objetivos arrolados no início deste trabalho – evidentemente, esta lista poderia ser ainda muito maior (inesgotável, quiçá); todavia, havia que se pensar em uma proposta exequível, dadas as condições existentes para a realização de um trabalho desta natureza.

Diante dos resultados obtidos, propõe-se a seguinte definição: potencial turístico pode ser entendido como a existência de condições objetivas favoráveis da oferta turística, dos aspectos normativo-institucionais e de outros fatores complementares capazes de viabilizar, por meio do adequado planejamento, uma exploração turística sustentável destinada a satisfazer uma demanda atual ou latente¹⁴.

E, ainda, relacionando-se a definição supra com os resultados obtidos por meio da aplicação da matriz de avaliação desenvolvida, pode-se afirmar que, com base na análise das condições objetivas favoráveis da oferta turística, dos aspectos normativo-institucionais e de outros fatores complementares capazes de viabilizar, por meio do adequado planejamento, uma exploração turística sustentável destinada a satisfazer uma demanda atual ou latente, o município de Guaratinguetá apresenta maior potencial turístico que o de Cunha, comparativamente.

¹⁴ A respeito do conceito de demanda latente, Kotler (1998, p.34) diz que "muitos consumidores podem sentir forte necessidade que não pode ser satisfeita por qualquer produto existente. [...] A tarefa de marketing é mensurar o tamanho do mercado potencial e desenvolver bens e serviços eficazes que atenderiam à demanda".

A matriz de avaliação apresentada anteriormente permite observar, de forma comparativa em relação a outras localidades, em que dimensões encontram-se as forças e as fraquezas das áreas estudadas – o que pode orientar investimentos, redirecionamentos e ações a fim de potencializar estas forças ou de minimizar as fraquezas. Assim:

- se a dimensão "atrativos turísticos" (que pode, ainda, ser vista de forma particularizada segundo suas cinco categorias de análise) apresentar resultados mais elevados que as demais dimensões, pode-se concluir que a potencialidade turística da localidade estará baseada na força que estes elementos têm de estimular a visitação, o que reforçaria a necessidade de adequação da oferta técnica a esta realidade e de fortalecer o envolvimento da superestrutura e da comunidade (se assim for de seu desejo) neste processo de desenvolvimento;
- por outro lado, se a dimensão "equipamentos e serviços turísticos" apresentar maior resultado, será possível perceber que a força da localidade estará, talvez, na oferta de equipamentos de hospedagem e/ou de outros serviços, em conjunto ou isoladamente, o que poderia significar a existência de uma oferta ociosa ou subutilizada, ou ainda, utilizada por um público diferente daquele que visita a localidade em busca de seus atrativos (turistas de negócios, por exemplo) – nestes casos, uma tentativa de integração destas ofertas faz-se necessária, a fim de permitir um aproveitamento e uma exploração mais racional e (possivelmente) rentável de ambas;
- já a obtenção de pontuações preponderantemente elevadas nas dimensões "infra-estrutura de apoio turístico", "normativo-institucional", "planejamento turístico participativo" e "outros fatores" podem indicar que, embora a localidade ainda não tenha uma oferta de atrativos e/ou de equipamentos e serviços turísticos forte o bastante para gerar visitação, ela possui, de outra parte, um conjunto de condições favoráveis importantes que muitas vezes são desconsiderados em localidades com forte poder de atração já consolidado, como as questões da infra-estrutura básica, da gestão pública do turismo, da participação comunitária e outras.

Neste sentido, tal tipo de avaliação parece ser bastante útil aos interessados no desenvolvimento turístico das localidades, como reforça Olivares (2006), que analisou e aplicou uma avaliação hierárquica e ponderada dos recursos turísticos das comarcas da Comunidade Valenciana (Espanha)¹⁵ e concluiu que o grau de potencialidade daqueles

¹⁵ Deve-se observar que o autor não analisou os demais componentes da oferta turística da área em questão, limitando-se à oferta diferencial.

recursos é alto, mas o grau de exploração, tanto em termos de uso como de renda, é baixo – segundo o autor, aquela região oferece recursos turísticos muito mais potenciais que reais, devido ao fato de a maioria dos recursos se produzir de forma espontânea e passiva não integrada ao que o autor denomina produto turístico (OLIVARES, 2006, p.155) – o que, aparentemente, também manifesta-se em Guaratinguetá e Cunha.

Seja como for, a proposta supramencionada não pretendeu esgotar a possibilidade de elementos que poderiam vir a compor uma matriz desta natureza – como já mencionado anteriormente – assim, outros aspectos podem ainda ser considerados em uma avaliação qualitativa mais global, como, por exemplo:

- a compatibilidade com atividades não turísticas que, segundo Pearce (1991, p.113) também é uma consideração importante;
- a segregação do espaço turístico (Silva, 2004, p.38);
- outros impactos do turismo.

O método ora proposto deve possibilitar, pois, a comparação entre os resultados, em termos de potencial turístico, das localidades analisadas, dada a restrita amostra utilizada neste estudo – uma evolução deste estudo, com a utilização de uma amostra maior de municípios e o uso de outros métodos complementares, pode permitir a aplicação de *rankings* como os propostos por Leno Cerro (1992, p.81-82) e Ferrario (1980 apud LENO CERRO, 1993, p.134).

O estudo ora proposto parte, como se pôde observar, da perspectiva da oferta – não que a demanda não deva ser considerada, apenas não foi este o enfoque escolhido para esta tese –, aliás, o estudo da demanda pode contribuir em muito para o aperfeiçoamento deste método¹⁶.

Por fim, não se pretende aqui fechar questão quanto à afirmação de um único método de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras, mas sim abrir portas para a (necessária) continuidade de estudos nesta linha, ainda escassos no Brasil.

Talvez, para fins de aprofundamento desta linha de análise, fosse possível, em um período maior de tempo, aplicar a matriz ora proposta a outros (quicá, a todos os) municípios da Estrada Real, utilizando-se outros procedimentos matemáticos e estatísticos, para se verificar a existência de diferentes níveis de potencialidade e – mais ainda – repetir estes estudos periodicamente, para se avaliar em que medida as ações que estão sendo encaminhadas estão possibilitando uma mudança nestes níveis de potencialidade.

¹⁶ A este respeito, ver as possibilidades de cruzamento entre oferta e demanda em Beni (2000, p.438) e Boullón (2002, p.89-92).

Certamente, existe ainda uma enorme frente de trabalho na área de planejamento turístico, tanto no âmbito do conhecimento acadêmico como da aplicação prática e empresarial que, espera-se, seja ainda encarada por aqueles que desejam contribuir para o amadurecimento da pesquisa científica em turismo no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Marcelo Vilela de. **Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras**. Tese (Doutorado) – Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2006. 233p.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000. 517p.

BOULLÓN, Roberto C. **Los municipios turísticos**. México: Trillas, 1995. 110p. (Trillas Turismo)

_____. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução por Josely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC, 2002. 278p. (Coleção Turis) Tradução de: Planificación del Espacio Turístico.

CÁRDENAS TABARES, Fabio. **Proyectos turísticos; localización e inversión**. México: Trillas, 1994. 75p. (Trillas Turismo)

CASAL, Francisco Manuel Zamorano. **Turismo alternativo; servicios turísticos diferenciados**. México: Trillas, 2002. 336p. (Trillas Turismo)

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. **Metodologia do inventário da oferta turística**. Rio de Janeiro, maio 1984. 168p.

FAGLIARI, Gabriela Scuta; ALMEIDA, Madalena Gonçalves. **Análise de atratividade e hierarquização de atrativos: sistematização de métodos e proposta para atrativos culturais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação Lato Sensu) – Faculdade Senac de Turismo e Hotelaria de São Paulo, 2004. 217p.

GUIA QUATRO RODAS BRASIL 2000. São Paulo: Abril, 2000. 466p.

GUNN, Clare A. An approach to regional assessment of tourism development potential. In: HAWKINS, Donald E.; SHAFER, Elwood L.; ROVELSTAD, James M.. **Tourism planning and development issues**. Washington: George Washington University, 1980. p. 261-320.

_____. **Tourism planning**. 2.nd. rev. and exp. New York: Taylor & Francis, 1988. 357p.

IGNARRA, Luiz Renato. Planejamento turístico é essencial. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 out. 1999. Caderno Viagem, p. 2.

INSKEEP, Edward. **Tourism planning; an integrated and sustainable development approach**. New York: 1991, John Wiley & Sons. 508p.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. Tradução por Ailton Bomfim Brandão. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LENO CERRO, Francisco. La evaluación del potencial turístico en un proceso de planificación: el Canal de Castilla. **Estudios Turísticos**, Madrid, n.116, p. 49-85, 1992.

_____. **Técnicas de evaluación del potencial turístico**. Madrid: Ministerio de Industria, Comercio y Turismo, 1993. 261p. (Serie Libros sobre Turismo, 2)

MAGALHÃES, Guilherme Wendel de. (coord.) **Pólos de ecoturismo; planejamento e gestão**. São Paulo: TERRAGRAPH, 2001. 168p.

MÜLLER, Nice Lecocq. **O fato urbano na bacia do rio Paraíba; Estado de São Paulo**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969. 375p. (Biblioteca Geográfica Brasileira, 23, Série A)

OLIVARES, Diego López. **La evaluación de los recursos territoriales turísticos de las comarcas del interior castellonense (Comunidade Valenciana)**. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/78037396541469684165679/catalogo25/07Lopez.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

PEARCE, Douglas. **Desarrollo turístico: su planificación y ubicación geográficas**. Tradução por Lilia Soriano Bello. México: Trillas, 1991. 168p. Tradução de: Tourist development: topics in applied geography. (Trillas Turismo)

PINZAN, Edson José. **A potencialidade da atividade turística para o desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003. 147p.

PIRES, Paulo dos Santos. O despertar dos municípios para o turismo: potencialidades e limitações em análise. **Turismo – Visão e Ação**, Itajaí, vol.7, n.1, p. 175-192, jan./abr. 2005.

SILVA, Maria da Glória Lanci da. **Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer**. São Paulo: Aleph, 2004. 192p. (Série Turismo)

SMITH, Stephen L. J.. **Geografía recreativa; investigación de potenciales turísticos**. Tradução por Víctor M. Estrada Villa. México: Trillas, 1992. 289p. Tradução de: Recreation Geography. (Trillas Turismo)